

# Aumenta violência contra criança

noticias, Zambézia em foco, 11.08.2017, 30.123, pag 04

TREZENTAS e sessenta e uma crianças foram, durante o primeiro semestre, vítimas de vários tipos de violência, nomeadamente física, psicológica e patrimonial, na província da Zambézia. Este número representa um aumento de mais de dez casos quando comparado com igual período do ano passado, em que foram registados 351 casos.

Estes dados foram apresentados ontem, em Quelimane, na Zambézia, pelo Gabinete de Atendimento às Vítimas de Violência num seminário provincial de mitigação e resposta aos incidentes de protecção à criança promovido pela organização não-governamental Visão Mundial.

Os participantes do seminário, entre os quais, procuradores e comandantes distritais da Polícia da República de Moçambique (PRM), líderes comunitários e religiosos, chegaram à conclusão de que a protecção da criança exige de todos os segmentos sociais a consciência e o conhecimento para

que a força didáctica e o poder do Estado sejam aprimorados no agir comum para que nada justifique a negação dos seus direitos.

Os participantes foram unânimes em afirmar que o sistema e as estruturas de que depende a protecção da criança não é um dever negociável e inalienável, independentemente do contexto sociocultural, religioso, entre outros.

Referiram ainda que a legislação em vigor sobre a protecção da criança e as instituições devem funcionar no interesse superior de criar condições para o desenvolvimento harmonioso dos petizes.

Intervindo no debate, Pablo Varela, Visão Mundial, disse que nada justifica a exploração da criança como mão-de-obra barata, abuso sexual, maus tratos físicos, agressão psicológica e os casamentos prematuros.

Pablo Varela defendeu ainda a necessidade do reforço dos conteúdos das mensagens que têm sido disseminadas às

comunidades de forma a gerar transformações em termos de comportamentos e atitudes. "Para nós, como Visão Mundial, o nosso apelo é que este processo que ora decorre não adie o que pode ser e deve ser feito hoje pelo amanhã que desejamos para as gerações vindouras", disse. Para o nosso interlocutor, o mais importante é que os consensos alcançados no seminário inspirem acções palpáveis e mensuráveis a esse respeito.

Entretanto, o Procurador-eleito Provincial da Zambézia, Miguel Caetano, afirmou haver necessidade de se aprimorar os mecanismos de divulgação dos Direitos da Criança porque, muitas vezes, factores como a pobreza, conflitos político-militares, convulsões sociais e problemas económicos que geram casamentos prematuros nas famílias afectam, de forma severa, a criança.

Sem avançar números, Miguel Caetano afirmou que a protecção à criança preocupa, sobremane-

ra, a instituição que dirige e disse que as organizações de base comunitárias e não-governamentais, a imprensa e outros devem assumir o papel de protagonistas na disseminação da legislação.

As autoridades comunitárias dizem que, muitas vezes, quando denunciam casos de violação dos Direitos da Criança os protagonistas não são punidos severamente como era o desejo da comunidade para começar a eliminar o problema.

João Tomo, líder comunitário em Morrumbala, afirmou que já entregou às autoridades policiais um homem que se tinha casado com uma rapariga de 16 anos, mas pouco depois o mesmo foi posto em liberdade. Para ele, as lideranças comunitárias têm estado a expor esses casos para que os órgãos de administração da Justiça actuem, porém as medidas não têm sido do agrado das comunidades, situação que, na sua opinião, se não for corrigida pode desmotivar as pessoas.

Alguns participantes afirmaram ainda que há toda necessidade de se avançar na produção de legislação que criminalize os casamentos prematuros e outras violações aos direitos das crianças.

Entretanto, a Visão Mundial compromete-se a trabalhar com vista a contribuir para o sucesso da campanha de protecção à criança, envolvendo outros actores, nomeadamente parlamentares, o Gabinete da Primeira Dama, entre outros. O objectivo da campanha é contribuir para o bem-estar de 3,7 milhões de crianças até o ano de 2020.



Parte dos participantes do seminário de mitigação e resposta aos incidentes de protecção à criança